

Extensão Universitária e suas Mediações Político-Pedagógicas

Área Temática de Gestão da Extensão

Resumo

O trabalho apresenta uma síntese da trajetória da extensão na Universidade Católica de Goiás/UCG, retomando algumas premissas e mediações pedagógicas que foram incorporadas como fundamentos de sua conceituação, afirmação e gestão acadêmica.

Autora

Prof^a.Sandra de Faria – Doutora e Mestre em Serviço Social pela PUC/SP, Pró-Reitora de Extensão e Apoio Estudantil da UCG

Instituição

Universidade Católica de Goiás - UCG

Palavras-chave: projeto educacional; projeto político-pedagógico da UCG; concepção de extensão

Introdução e objetivo

Neste trabalho apresenta-se uma síntese da trajetória da extensão na Universidade Católica de Goiás, retomando algumas premissas e mediações políticas e pedagógicas que configuraram a sua institucionalização e que foram incorporadas como fundamentos de sua conceituação, afirmação e gestão acadêmica, ressaltando que: a extensão universitária realizada pela UCG inscreve-se no debate crítico sobre as profundas mudanças que marcaram o plano econômico, social, ético-político, cultural e educacional brasileiro nos pós 70; propõe-se relacionada aos processos educativos e formativos - ao mesmo tempo constituídos e constituintes das relações sociais – e profundamente identificada ao projeto de universidade comunitária. O Documento “Perfil da Universidade Comunitária/UCG” apresenta um estudo das características predominantes da Instituição, ressaltando que a extensão na UCG se define, se estrutura e se efetiva de acordo com a seguinte dimensão de Universidade: “Concepção de extensão da UCG: a concepção de extensão da UCG deriva do seu próprio Projeto de Universidade: ‘Ser uma Universidade Comunitária, particular e sem fins lucrativos, ser um espaço científico, cultural, humano, profissional, consubstanciando-se numa educação/formação e atuação científica, técnica, social, política e a serviço da libertação do povo, participando das lutas maiores da sociedade pela justiça e pela liberdade; ser pública, a serviço dos interesses da maioria da população, de seus problemas e projetos, através de uma pesquisa de relevância social aliada a um ensino que confirmem, ambos, a natureza maior da extensão” (UCG:1988, p.42).

A extensão na UCG é herdeira de uma trajetória histórica que faz da UCG a primeira instituição de ensino superior criada na região Centro-Oeste do País, fundada em 17 de outubro de 1959.

O agrupamento da Escola da Escola de Enfermagem São Vicente de Paula –1949, Faculdade de Filosofia – 1948, Faculdade de Ciências Econômica – 1951, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola de Belas Artes – 1952, Faculdade de Serviço Social – 1951 e Faculdade de Direito – 1959, deu origem a UCG. Estes cursos foram implantados Arquidiocese de Goiânia, contando com o apoio da Companhia de Jesus. Em 1958, a Arquidiocese criou a Sociedade Goiana de Cultura –SGC para fundar e manter a UCG.

No período de 1969 a 1970, a UCG buscou sua consolidação interna, organizando e estruturando os recursos humanos, financeiros e administrativos da instituição e, ao mesmo tempo procurou expandir o espaço físico e ampliar o número de alunos e professores. Ainda na década de 1970, a UCG preocupou-se com a implantação da reforma universitária, promulgada pela Lei 5540/68, que provocou a reestruturação acadêmico-administrativa, alterando sua organização interna, entre outras: a implantação do Primeiro Ciclo de Estudos Gerais – PCEG, extinção das Faculdades e criação dos Departamentos, adoção do vestibular único e classificatório, introdução do regime de crédito e matrículas por disciplinas. Neste período foi criada a Ação Comunitária na instituição para assistir aos alunos inadimplentes. Essa área deu origem a Coordenação de Assuntos Estudantis, integrando e coordenando a política de assistência estudantil.

No final da década de 1970 e início dos anos 80, a UCG viveu um intenso processo de redefinição de sua política administrativa e acadêmica, norteado por uma reflexão sobre o seu papel frente a lutas e movimentos sociais, que exigiam uma inserção cada vez maior da universidade em seu cotidiano.

Em 1981, foi criada e implantada a Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis – (desde dezembro de 2004 designada Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil), com o objetivo de coordenar, articular e operacionalizar as ações de estágio, extensão e ação comunitária em desenvolvimento na UCG, bem como, orientar os novos programas e projetos de extensão que estavam sendo criados, com atividades de assessoria e planejamento em diversos bairros, órgãos e instituições públicas e entidades sociais. Nessa reestruturação acadêmico-administrativa da UCG a Coordenação Geral de Estágio passou a ser denominada Coordenação Geral de Estágio e Extensão – ETG e vinculou-se à Vice-Reitoria, criou-se a Coordenação de Atividades Comunitárias (extinta em 1991). A PROEX possui três coordenações gerais: de Estágio e Extensão, de Assuntos Estudantis e Cultural.

O breve histórico apresentado apresenta marcos importantes da extensão na UCG e possibilita apreender dimensões importantes de sua institucionalização na instituição.

A extensão na UCG: Trajetória conceitual

A extensão na Universidade Católica de Goiás - UCG desde a sua fase inicial de institucionalização acadêmica e administrativa, primeira metade da década de 1980, propõe-se relacionada aos processos educativos e formativos - ao mesmo tempo constituídos e constituintes das relações sociais – e profundamente identificada ao projeto de universidade comunitária.

A extensão é concebida, sob o ponto de vista pedagógico/acadêmico, como atividade indissociável do processo ensino-aprendizagem, traduzido também nas atividades de ensino, estágio e pesquisa. Considera, assim, a historicidade do conceito de extensão universitária em face da própria historicidade das concepções de educação.

Assim, a extensão universitária implementada supera a mera prestação de serviços e se desenvolve entrelaçada com a investigação e a produção de conhecimento, voltada para a qualificação do ensino e como exigência do próprio sentido, razão e finalidade da universidade.

A política de extensão que vai sendo desenvolvida deriva dos objetivos institucionais de compromisso social da Universidade e se desenvolve como locus privilegiado para a identificação de mediações complexas, que configuram a construção de um projeto societário, verdadeiramente emancipador.

Ao mesmo tempo, a extensão é pensada como campo de teorização, reunindo um conjunto de reflexões e concepções, que se enfeixam em torno dos questionamentos sobre o significado social e histórico da Universidade, sobre a sua própria existência institucional, indagando sobre por que, para quê e onde ela existe.

Nesse horizonte, a extensão na Universidade Católica de Goiás/UCG sempre assumiu em suas prioridades e desafios da sua gestão acadêmica intensificar os vínculos com os cursos e Departamentos, programas e cursos de pós-graduação, associando ensino, pesquisa e extensão.

De modo especial esse desafio é enfrentado pela gestão colegiada, descentralizada com a participação efetiva no processo de planejamento e avaliação de professores, estudantes e funcionários às coordenações, projetos, programas, centros e instituto coordenados pela Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil/PROEX.

Outra dimensão importante e que deve ser observada é que essa perspectiva conceitual assumida pela UCG desenvolve-se em consonância com os debates do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias. O Fórum consolida-se como um espaço privilegiado para a reflexão e a construção das questões relativas à extensão no Brasil. Seus documentos e eventos estão voltados para o objetivo de analisar, debater, propor políticas e questões relativas à extensão e à ação comunitária de interesse dos seus membros e, ainda, buscar o entendimento com órgãos governamentais e instituições da sociedade e com organismos de representação universitária.

Quanto ao conceito de extensão, sua gestão e avaliação, o Fórum reafirma que: “Essa compreensão é fruto do próprio conceito de extensão que se está construindo. Com efeito, falar hoje em gestão e avaliação da extensão indissociada do ensino e da pesquisa, é falar da produção do conhecimento, do processo pedagógico que envolve a formação dos alunos e da dinâmica organizacional das IES Comunitárias, assim como de sua relação com a sociedade, o mercado e o Estado. Trata-se, portanto, de um diálogo da comunidade acadêmica que possa se realizar num envolvimento crescente das estruturas e dos sujeitos responsáveis pela construção da universidade” (Carta de Florianópolis, 2002).

Assim, considera-se que a indissociabilidade entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa é fundamental no fazer acadêmico. A relação entre o ensino e a extensão supõe transformações no processo pedagógico, pois professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização do saber acadêmico.

Nessa direção e à luz de fundamentos teórico-metodológicos, que trazem como pressuposto e fim a realidade sociocultural em toda sua amplitude, compreende-se que a extensão universitária tem a sua gestão e avaliação correlacionadas com a estrutura institucional e seu projeto acadêmico: “a teoria e a prática pedagógica denotam a relação direta que os professores (e, por conseguinte, a instituição) possuem com o conhecimento. Uma prática pedagógica reprodutivista ou marcadamente teórica revelará uma relação distanciada com a produção do conhecimento e seus critérios de coerência e destinação, tendendo para a concepção da extensão definida por atividades pontuais e assistenciais, que se concentram mais em procedimentos quantitativos que qualitativos. Ao contrário, a prática pedagógica que considera o educando como sujeito e vê na relação ensino-aprendizagem um espaço pertinente e necessário para a produção do conhecimento, incluirá, obrigatoriamente, a extensão na sua concepção de ação, que busca a integração com a sociedade, para a superação de injustiças e efetivação de princípios éticos”(Carta de Florianópolis, 2002).

A premissa que se reafirma, inclusive com as contribuições recolhidas dos debates do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, é a de que tratar da relação ensino, pesquisa, extensão e exercício da docência no ensino superior é, necessariamente, tratar da discussão em torno da teoria educacional, da prática pedagógica e do cotidiano da vida acadêmica.

Enfim, explicita-se que a gestão da extensão e a institucionalidade de suas dimensões conceitual, social e política, somente pode ser apreendida em face de uma determinada concepção de educação, intrínseca a um projeto político pedagógico de universidade.

As reflexões sobre a extensão universitária, inscrita nos processos educativos e formativos, indicam as mediações políticas e pedagógicas de uma concepção que pressupõe ainda: o processo sócio-pedagógico comprometido com a produção de um conhecimento socialmente construído e historicamente preservado nos diversos níveis de saberes: humano, científico e tecnológico; o processo educativo numa abordagem de totalidade, promovendo o debate, o estudo, a pesquisa, situando o homem historicamente, suas várias relações sociais, políticas, econômicas, culturais e com o meio ambiente; a práxis social que ocorre inserida na realidade, propondo-se a ser um *locus* privilegiado, que estimula a apreensão crítica da realidade e a elaboração reflexiva dos conteúdos da formação profissional e do perfil profissional que se objetiva alcançar; a relação com a pesquisa, suscitado pela prática social e pelas demandas postas pela sociedade (UCG/VAE,1999).

Essas referências estão relacionadas com o projeto de universidade e marcam todo o processo de institucionalização da extensão na UCG. No entanto, para aprofundar nas reflexões encaminhadas é preciso assinalar outra ordem de questionamentos a partir da qual se desdobram as análises específicas. Considera-se que é preciso indagar sobre os processos societários, suas profundas transformações, numa perspectiva que possibilita ir além das representações que se constroem para expressar o mundo imediato, construídas a partir das expressões fenomênicas da realidade, das questões imediatas, e da consciência daquilo que é imediatamente visível e acessível na realidade.

Por isso, os valores, os conceitos e as explicações construídos sobre a realidade social, sobre as relações sociais que marcam os nexos entre o mundo do trabalho, a reprodução social e as lutas, conquistas e garantia (ou não) dos direitos sociais, que no capitalismo expressam a realização da cidadania, são reveladoras dos métodos utilizados e as diferenças que eles produzem nas tendências e formas de apropriação da realidade social.

A reflexão apresentada parte do pressuposto de que o Brasil é um país onde em algumas conjunturas um pouco mais, em outras, menos, as políticas sociais assumidas expressam um processo sócio-histórico mais amplo, lembrando que, historicamente, há uma secundarização das políticas públicas da área social, nitidamente a partir do regime militar.

As políticas sociais, especificamente a educação, seguem subordinadas aos princípios e as políticas econômicas, ao planejamento e mais recente ao próprio Banco Central. Nas últimas décadas, o papel das políticas públicas e dos campos que complementam os direitos do trabalho, sob várias formas, sofre de um reordenamento subordinado às políticas neoliberais de estabilização da economia, resultando em ações estatais fragmentadas e seletivas, incapazes de atender as demandas sociais e a denominada condição cidadã que pode dar sentido ao desenvolvimento econômico.

Conforme Frigotto (1998) os processos educativos e formativos passam, no contexto brevemente indicado, por uma profunda alteração no campo de suas concepções e das políticas. Assim analisa: “Estreita-se ainda mais a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação, desvinculando-os da dimensão ontológica do trabalho e da produção, reduzindo-os ao economicismo do emprego e, agora, da empregabilidade. Com efeito, no início da crise do modo de regulação fordista anos 50-60) a educação formal e a qualificação profissional apareciam como formadores de capital humano. Este conceito, mesmo sendo expressão de uma leitura economicista, engendrava uma perspectiva integradora vinculada à tese do pleno emprego. Difundia-se a ideologia que o investimento no capital humano permitiria aos países subdesenvolvidos desenvolverem-se, e aos indivíduos a garantia de melhores empregos, maior produtividade e, por essa via, mobilidade e ascensão social. Hoje a educação formal e a qualificação são situadas como elementos da competitividade, reestruturação produtiva e da empregabilidade”. (1998:14).

O que se verifica neste cenário são alterações sócio-econômicas e ideopolíticas/culturais que se operam na vida social, objetiva e subjetiva, e que não deixam de se

constituírem em múltiplos e diversificados complexos problemáticos para as teorias sociais e suas tradições, para o processo de investigação e produção de conhecimento e para as intervenções profissionais.

Estes são alguns aspectos indispensáveis para apontar os fundamentos teórico-metodológicos que permitem esboçar uma reflexão sobre as mediações político-pedagógicas e embasar a definição de princípios e de diretrizes norteadores de uma política de extensão da UCG.

Conclusões

Breves considerações sobre a política de extensão da UCG

A extensão universitária, quando analisada do ponto de vista histórico e conceitual, revela que a sua institucionalidade, na trajetória da UCG, se deu somente a partir da década de 1980 ao se configurar não mais por meio de experiências concebidas fora do espaço acadêmico, mas objetivando afirma-se sob princípios que norteiam o conhecimento como dimensão social, como apropriado às necessidades humanas, em termos sócio-políticos, culturais e tecnológicos. A extensão que é projetada vai além da compreensão tradicional de disseminação de conhecimento, prestação de serviços e difusão cultural.

A extensão afirma-se na UCG e objetiva convergir dois aspectos fundamentais de seu projeto de Universidade: qualidade acadêmica/científica e compromisso social, relacionando os grandes temas sócio-político-culturais com os processos educativos.

Assim a construção conceitual da extensão deriva dos objetivos institucionais proclamados no final da década de 1970 de compromisso social da Universidade que se define, mais claramente nos marcos da sua identidade como Católica, Comunitária e Filantrópica.

Por sua vez essa imbricação entre as expressões conceituais da extensão e o Projeto da Universidade apresenta-se capaz de concentrar um conjunto de reflexões e concepções que se enfeixam em torno dos questionamentos sobre o significado social e histórico da Universidade na contemporaneidade.

Em especial o processo de criação da Vice-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis/VAE (atualmente PROEX), em 1981, e sua consolidação na estrutura acadêmico-administrativa, adensam a cultura universitária e qualificam historicamente as atividades de ensino, de pesquisa e de serviços de educação.

Nesse sentido as finalidades e orientações que persistem nessa trajetória decorrem da defesa da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão pautada no diálogo interdisciplinar com as mais amplas demandas sociais, referenciada por posturas éticas.

A Extensão é pensada, nessa perspectiva, como a categoria ética que pergunta pelo sentido e relevância do ensino e da pesquisa, denotando a intencionalidade da produção e da socialização do conhecimento.

A sua afirmação como espaço constitutivo do ensino e pesquisa aprofunda as possibilidades de reconhecimento dos vínculos entre as práticas profissionais e as práticas sociais, ampliando a relação entre formação profissional, compromisso social e transformação do saber acadêmico em um bem público.

A grande visibilidade social alcançada pela extensão, com a inserção e participação da Universidade Católica de Goiás nos movimentos sócio-políticos, cívicos e culturais do Estado de Goiás e região, confirma a consolidação dessa acadêmica. Assim, a VAE/PROEX é a expressão do acúmulo de experiências, da realização da pesquisa e da produção de conhecimentos científicos, dos estudos realizados e da intervenção social e profissional, e, principalmente, do amadurecimento intelectual e técnico do seu corpo docente, discente e de funcionários. Esses são aspectos que revelam, de forma inequívoca, o caráter comunitário da UCG que, há mais de duas décadas, tem na política de extensão a práxis e a dimensão

privilegiada capaz de conceber e fundamentar o seu compromisso social e institucional com a educação e o ensino universitário.

As perspectivas institucionais para a extensão na UCG integram, oficialmente, o Plano Estratégico de Gestão Participativa, aprovado pelo Conselho Universitário, em 2003, com destaque para a avaliação e consolidação da concepção e política de extensão, compondo, simultaneamente, a gestão acadêmica e administrativa da Universidade e sua reconhecida inserção social na cidade de Goiânia, Estado e região Centro-Oeste.

Na extensão universitária está sinalizado como prioridade sistematizar, aprovar e avaliar as políticas de assistência, estudantil, cultura, estágio/extensão e de educação continuada. Consolidar, ampliar e criar parceiras com instituições/organismos locais, estaduais e internacionais. Implementar de cursos de especialização *Latu Sensu*, derivados das áreas de atuação dos Programas/Projetos e Centro de Extensão. Intensificar a pesquisa e a produção de conhecimento no âmbito da extensão.

Assim a extensão universitária consolida-se como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade, constituindo um desafio permanente para referenciar a Universidades como instituição social e sintonizada com a realidade brasileira.

Referências bibliográficas

FRIGOTTO, Galdêncio. In: Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.

FARIA, Dóris Santos de (Org.). Construção Conceitual da Extensão Universitário na América Latina. Brasília: Ed. UNB, 2001.

PERFIL DA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA. UCG. Goiânia:1988.

CARTA DE FLORIANÓPOLIS. Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidade e Instituições de Ensino Superior Comunitárias.

VICE-REITORIA PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. A Extensão e a Ação Comunitária. UCG: 1999.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. Plano Estratégico de Gestão Participativa. UCG:2003.